



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata de Reunião do Colégio de Procuradores

No dia 24 de julho de 2014, às 14h00min, na sede do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, realizou-se reunião institucional, para a apreciação da pauta publicada no D.O.C. de 18 de julho de 2014 e retificada no D.O.C. de 22 de julho de 2014, ausente por motivo justificado a Procuradora Elke Andrade Soares de Moura Silva. Aberta a reunião, foram discutidas as seguintes matérias:

- 1) Proposta de Resolução sobre distribuição, redistribuição e prevenção de processos no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais

O Colégio de Procuradores deliberou sobre a proposta de Resolução que trata da distribuição, redistribuição e prevenção de processos no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.

Na discussão do art. 1º, a Procuradora Maria Cecília destacou sua discordância quanto às atribuições processuais do Procurador-Geral, nos termos já defendidos nas atas anteriores, em especial quanto à atribuição para atuar em processos em que esteja caracterizada a prescrição da pretensão punitiva, prevista no art. 1º, § 1º alínea “C”.

Quanto à discussão do §1º do art. 2º, as Procuradoras Sara Meinberg e Maria Cecília discordaram da proposta aprovada.

Segundo a Procuradora Sara, como as naturezas dos processos que tramitam no Tribunal de Contas são muito semelhantes, deveria prevalecer a regra vigente até então em que a prevenção ocorre apenas nos casos em que os processos estão apensados ou nos casos de edital de licitação e edital de concurso público encaminhados ao Tribunal de Contas em razão de tramitação de processos de denúncia ou representação relativo ao objeto semelhante do mesmo jurisdicionado. Essa Procuradora entende que a regra aprovada ensejará muitas dúvidas com relação à competência para atuar no processo, gerando insegurança jurídica.

A Procuradora Maria Cecília concorda com os argumentos da Procuradora Sara no que tange à semelhança das naturezas processuais e quanto às dúvidas relativas à competência, acrescentando que há risco de incoerência na aplicação da norma e, quanto à parte final, que não haveria risco de decisões contraditórias; por fim, reitera e remete aos seus argumentos já constantes de atas anteriores.

Ficou adiada a discussão dos demais artigos da Proposta para a próxima reunião.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

2) Proposta de Resolução sobre indenização de férias

O Procurador-Geral apresentou proposta de alteração da Resolução nº 8/2014, para dar nova redação ao §2º do art.2º, nos seguintes termos:

"§ 2º – Para fins do disposto no parágrafo anterior, o Procurador-Geral comunicará a decisão à Presidência do Tribunal de Contas."

A proposta foi aprovada por todos os presentes.

Encerrada a reunião, eu, Ana Luiza Duarte Werneck, TC-2416-1, lavro a presente ata.

Daniel de Carvalho Guimarães
Procurador-Geral

Maria Cecília Borges
Procuradora

Glaysdon Santo Soprani Massaria
Procurador

Sara Meinberg Schmidt Andrade Duarte
Procuradora

Marcílio Barenco Corrêa de Mello
Procurador

Cristina Andrade Melo
Procuradora

Ana Luiza Duarte Werneck
TC-2416-1